



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 74

Sessão Ordinária de Abril

4.ª Reunião de 24-05-2004

Aos vinte e quatro dias do mês de Maio de dois mil e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Manuel Júlio Braga Alves, António Óscar Moreira Paulo, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Liz Miguel Marques da Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Firmino Marques Ferreira, Fernando Vieira Ferreira, António Santos Costa, Diogo Manuel Soares Machado, Jorge Manuel do Nascimento, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Victor Manuel da Silva Martins e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Lusitana Maria Galdes da Fonseca, Domingos José Barreto Cerqueira, Ângelo Pereira Pires e Joaquim Manuel Silva Marques

Seguidamente o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, João Alberto Simões Barbosa e Armando Manuel Dinis Vieira se fizeram substituir, nesta reunião, por António Óscar Moreira Paulo e Firmino Marques Ferreira, respectivamente. Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa informou os membros da Assembleia do convite formulado pelo Presidente de Junta de Requeixo, para estarem presentes no dia 6 de Junho nas comemorações do “*Dia da Freguesia*”, pelas 10:00 horas, na Pateira de Requeixo.

PONTO 3. – RELATÓRIO DE GESTÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2003 DA CÂMARA MUNICIPAL.

(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 13/04/2004, sobre o assunto em epígrafe, foram distribuída a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Dizia o Sr. Presidente da Assembleia que o assunto já estava mais que discutido — eu penso que não! Aliás, eu acho que se nós tivéssemos oportunidade para isso, nós estávamos aqui o tempo todo a falar destes assuntos porque acho que há tanta matéria que mesmo assim o tempo que vou ter não vai ser muito para dizer acerca deste relatório de contas da Câmara Municipal de 2003.

Primeira nota: é um facto que realmente há um aumento da “Receita”. O município de Aveiro viu a sua receita aumentada para 84,5 milhões de euros em 2003, quando esta receita tinha sido apenas de 63 milhões em 2002 e 53,5 milhões em 2001. Ou seja há um aumento de receita em 34%. Quer dizer que neste segundo mandato do Sr. Presidente da Câmara, temos estado a ver aumentos de receita.

Mas convém ver nestes relatórios quais são as causas do aumento da receita. E as causas dos aumentos de receitas neste último ano prendem-se com o aumento da Contribuição Autárquica. Só a Contribuição Autárquica neste último ano aumentou 31% ou seja mais 1,7 milhões. Mas também aumentou significativamente a venda de bens de investimentos. Aumentou 2,4 vezes em relação a 2001 ou seja 19,7 milhões de euros.

Mas quando falamos de venda de bens de investimento do que é que estamos a falar? Estamos a falar de terrenos. E a questão que se coloca é: então houve venda de terrenos em 2003!? É que tecnicamente para o relatório sim, mas na realidade não! Na realidade não houve venda de terrenos. O que houve foi uma penhora de terrenos que foram contabilizados como receita no valor de 23,5 milhões de euros. Bem, é claro que há um compromisso para os vender — mas não foram vendidos em 2003. E se não vender os terrenos agora em 2004 irá ter que pagar juros — e juros bem elevados. A esta penhora de terrenos chamou-lhe “leaseback” e que aqui aparece contabilizada como venda de bens de investimento.

Mas há um terceiro motivo para justificar este aumento da receita: contribuição autárquica, venda de bens de investimento e passivos financeiros. Passivos financeiros são empréstimos de médio longo prazo. São aqueles que não são para pagar por esta Câmara, mas sim por outras Câmaras que hão-de seguir-se a esta. Estes passivos financeiros foram de 16,2 milhões de euros em 2003 e já tinham sido de 17,2 milhões de euros em 2002.

Conclusão: podemos dizer que esta receita que o Sr. Presidente se gaba de ver aumentada, aumenta apenas porque houve aumento de empréstimos e aumento de impostos.

Se fizéssemos o exercício de não contabilizar os empréstimos a receita tinha diminuído. 46,9 milhões em 2001; 45,8 milhões em 2002; 44,3 milhões de euros em 2003. Por isso as receitas reais têm vindo a diminuir neste segundo mandato do Dr. Alberto Souto. É muito importante que este facto aqui seja dito e que o Sr. Presidente o quiser negar terei todo o gosto que o possa fazer.

Segunda nota tem a ver com a “Despesa”. Segundo o controlo orçamental da despesa, verifica-se nestas páginas que de compromissos assumidos há 131,1 milhões de euros e de despesas pagas 83,6 milhões de euros!? Parece-me que em relação aos compromissos assumidos e às despesas pagas há compromissos por pagar no valor de 47 milhões de euros! É o que vem no relatório. Por isso, pergunta de quem acha que há aqui um mal entendido: Então efectuou uma despesa tão grande e só pagou 2/3 da mesma? Ficou a dever mais, daquilo que é a receita anual da Câmara Municipal? Ou seja, passivo da dívida a terceiros de médio e longo prazo, assim como a dívida a terceiros de curto prazo, passou de 82 milhões de euros, passou para 124,5 milhões de euros. Há aqui um aumento do passivo de 42 milhões de euros. Só em 2003 o aumento do passivo foi de 52%.

São valores que confesso, com estes milhões todos de euros, nem eu consigo imaginar o que dá para comprar. A única coisa que posso saber é que 124 milhões de euros, se contabilizarmos que num ano normal a Câmara não tenha receitas extraordinárias, nem subterfúgios como leaseback, nem empréstimos, significa que terá que ter receitas dois anos e não fazer qualquer pagamento para cobrir o passivo de 124 milhões de euros.

Terceira nota execução das Grandes Opções do Plano. Também por aquilo que nos é dado a ver no Relatório de Contas, olhando as Grandes Opções do Plano, Actividades Orçamentadas e níveis de execução dessas actividades, passamos páginas e páginas só com zeros! Por exemplo, na Educação dos 19 programas com dotação financeira 11 foram executados a zero por cento!?

Olhando para as despesas das Opções do Plano, só $\frac{3}{4}$ do montante foram canalizados para o Estádio. Ou seja, só pagando ao Estádio dá uma execução financeira muito elevada — todas as outras rubricas têm execução financeira baixa — 8 milhões de euros. No estádio foram utilizados quase 28 milhões de euros! Por isso está justificado todos aqueles zeros nas diferentes actividades da Câmara.

Plano Plurianual de Investimentos — quarta nota. É que se formos olhar para todas essas actividades vamos verificar a mesma coisa. Eu escuso-me de indicar porque a maior parte das actividades do município ficaram paradas este ano. Ficaram paradas para se realizarem algumas “grandes obras” — não foi só o Estádio. Por exemplo, foi comprado o ferry-boat para S. Jacinto; esta foi executada a 100%. É pena é que o ferry-boat ainda não esteja a ser utilizado!? Mas foi comprado e foi pago; execução financeira a 100% — é o que está aqui!

Quinta nota são as participações do Estado. Ainda bem que o Estado tem participado. Porque só as participações do Estado têm o valor de 8 milhões de euros. E 8 milhões nesta receita são 20%. Assim podemos ver que muitas das “grandes obras” feitas pelo Sr. Presidente da Câmara têm a participação do Estado e da Comunidade Europeia. Acho muito bem, mérito para o Sr. Presidente da Câmara e mérito aos sucessivos governos que tem contribuído para que Aveiro possa também ficar engrandecida. Estou a falar do Teatro Aveirense: 1,5 milhões do Estado; Estou a falar do saneamento também com verbas significativas vindas do Estado; estou a falar do Parque de Exposições: mais de meio milhão de euros do Estado; Muros dos canais da Ria: 1,2 milhões de euros do Estado e da Comunidade; Acordos com a Educação Pré-escolar: quase meio milhão de euros do Estado; e por aí adiante...

Sexta nota, acerca do próprio Relatório de Actividades. Podemos olhar para o próprio relatório e até para o preâmbulo que o Sr. Presidente faz a este relatório, para podermos ver que a actividade municipal se centrou essencialmente no centro urbano!? Praticamente não houve actividade da Câmara Municipal nas diferentes freguesias. Para não ser exaustivo vou dar dois exemplos: se olharmos para a página que diz respeito ao planeamento vamos ver que se andam a planear actividades no âmbito da Ria de Aveiro, Dunas de São Jacinto, Plano Pormenor do Centro, de Sá Barrocas, Baixa de Santo António,

Mário Duarte, *Estudo da N109, Estação de Aveiro, Centro Cívico de São Bernardo, Agrad do Crasto, Agrad do Norte, Pista do Remo e por aí adiante. Ou seja, mencionei todas as rubricas de planeamento — quantas freguesias mencionei? Mencionei metade das freguesias? Parece-me que não. Mencionei freguesias do centro e mencionei freguesias da periferia porque eventualmente têm lá algum equipamento maior.*

Parece-me que há uma estratégia que consideramos não seja a acertada. Por um lado devido aos investimentos avultados que estão a ser feitos sem a devida consolidação de distribuição para as diferentes actividades que existem por todo o concelho. E depois, nem a própria Câmara através das diferentes actividades consegue dar uma consistência de desenvolvimento a todo o município, e mais tarde ou mais cedo todos iremos pagar os “juros” da política que se está a seguir.”

Presidente da Mesa

▲

“Na ‘Ordem do Dia’ há um ponto único da ordem de trabalhos: Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano 2003. Acontece que neste ponto único está também a apreciação das contas dos Serviços Municipalizados — que não têm autonomia. Portanto o Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados está assumido e integrado pelo Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara — certo.

Estou a dizer isto porque a Câmara embora no mesmo dia e constando da mesma acta fez duas apreciações autónomas destas matérias — uma em relação aos Serviços e outra da sua própria Prestação de Contas. Portanto quando votarmos, vamos votar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas da Câmara do ano de 2003, aí se incluindo o Relatório de Gestão e Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados do ano de 2003 — certo.

Qual é a relevância disto? É alguma, porque eu depois vou ter de certificar o que aqui se passar. E como só tenho um ponto da Ordem do Dia e só vai haver uma votação, faço esta advertência, lembrar isto, para depois não ter problemas na fase final de certificação do que for deliberado por esta câmara. Quero que tenham presente isto para evitar equívocos.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, sendo assim, penso que eventualmente podemos ganhar tempo fazendo dessa maneira. Assim, em relação aos Serviços Municipalizados, só queria fazer uma observação e perguntar há alguma razão para acontecer a variação dos novos consumidores? É que os Serviços Municipalizados têm vindo a ter no ano de 2003 uma diminuição de consumidores e gostava de saber se há alguma relação ou se podemos relacionar com a indexação da taxa de saneamento à tarifa da água esta diminuição de consumidores? E se isto tem alguma implicação nas famílias com menos recursos e se os Serviços Municipalizados estudaram a possibilidade. Porque há pobreza encoberta, já vimos que há, parece-me que esta redução poderá ter algum significado e era importante que pudesse ser averiguado.

Segunda nota. A pergunta que sempre faço e que nunca vem resposta é: as implicações destas análises microbiológicas de coliformes totais e fecais não estarem conforme. Isto é pontual ou deve-se a quê? Qual é a razão de acontecer?

Por último para dizer que não vou apreciar mais as Contas dos Serviços para não retirar o enfoque do essencial que é a actividade da Câmara Municipal. Mas ainda gostaria de chamar a atenção para aquilo que diz a certificação legal das Contas, que é a reserva que vem na página 147, quando diz: «que do exame que foi feito, anotámos que a entidade não contabilizou algumas notas de débito de fornecedores relativas a juros de mora, por entender que as mesmas não são devidas. Caso aquelas notas de débito tivessem sido contabilizadas o passivo seria aumentado em cerca de 267 mil euros e o resultado líquido

diminuído da mesma importância». Diz ainda que: «os Serviços Municipalizados têm uma elevada degradação da sua estrutura económico-financeira, traduzida pela completa erosão dos seus fundos próprios». Isto também nos preocupa a nós. Muito obrigado.»

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

Vogal António Granjeia (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostava de dizer que por várias formas tentei colocar uma projecção aqui, mas de facto as condições técnicas da sala não o permitem nesta fase ver isto em condições. Portanto mesmo contra a minha vontade e não sabendo qual é a posição da Mesa (que eu gostaria até de ver esclarecida) eu não vou poder apresentar as coisas como tinha programado e como sempre apresentei lá em cima. E portanto vou pedir aos Serviços de Apoio que fotocopiem pelo menos os quadros mais importantes para que possam ser distribuídos pelos líderes de bancada — se me der autorização para isso...”

Presidente da Mesa:

“Vamos por partes. Fotocópias distribuídas, natural mente, é evidente. Projecção — já ouve situações de projecção e portanto, para haver uma mudança de postura isso terá de ser deliberado e ainda não foi. E de momento não há essa objecção. Há é uma objecção prática. É que realmente isto precisa de intervenção aqui para este caso.”

Vogal António Granjeia (CDS/PP):

“Sr. Presidente, obviamente que nós devemos estar dentro das condições que existem e é dessa forma que vamos trabalhar. Naturalmente que enviarei ainda hoje para os jornais por e-mail e a qualquer dos Srs. Deputados que o queira.

Deixando os piropos de lado em que realmente o Sr. Deputado Filipe Brandão foi pródigo, eu começaria por dizer-lhe que faz da Democracia e tem da Democracia um conceito engraçado! Porque quando aqui chegou (e eu pensei que fosse na brincadeira, mas depois repetiu) achou que nós nem sequer devíamos dizer nada porque já era costume a gente “dizer o mesmo” e não valia pena nós dizermos mais do “mesmo”. Mas eu quero lembrarlhe que quem começa sempre com mais do “mesmo” é o Sr. Presidente da Câmara porque vem sempre com um discurso laudatório a dizer que faz sempre tudo muito bem.

Nós estamos aqui para dizer-mos aquilo que entendemos — e em Democracia é assim que se deve fazer. E eu não aceito que o Senhor possa dizer qualquer barbaridade desse género aqui nesta sala, no sítio onde houve os Congressos de Oposição Democrática e onde sempre houve uma tradição enorme de Democracia. Parece que o Senhor não conseguiu aprender e não conseguiu aprender também com aqueles que lhe antecederam!

Passando às Contas de Gerência. No início quando o Dr. Alberto Souto percebeu onde o levava a vertigem socialista da despesa, quando começou a ter demasiados credores à porta, arranjou uma solução — não se esqueçam desta solução porque se não tivesse problemas de despesa ele não tinha inventada, as famosas 30 medidas. Se bem se recordam tiveram uma taxa de execução que eu demonstrei e que ninguém refutou de 7,6%.

Essas 30 medidas falharam completamente na metodologia e renunciaram o que aí vinha nas Contas de 2003. É pena que neste discurso anterior a Câmara tenha desertado. Provavelmente o discurso laudatório não era muito bom e desertaram. E também tenho muita pena que não esteja o Sr. Presidente na sala!

Considerações prévias. Nós vamos fazer uma análise de tendência evolutiva e não uma análise de carácter instantâneo. As análises momentâneas podem naturalmente ser demagógicas. E podem ser demagógicas porque é diferente analisar hoje esta Câmara e compará-la com outra à frente ou ao lado. Porquê? Porque as tendências evolutivas podem

querer dizer que a Câmara está a evoluir favoravelmente e apresenta hoje um resultado mau ou vice-versa. E nós com uma análise momentânea não tiramos conclusão nenhuma. Não queremos nem podemos comparar o incomparável, nem inventar cenários. Resumindo, nas Contas de 2003 evidenciaremos uma despesa e um endividamento que não param. Que tem como consequências directas o endividamento e os remendos no Orçamento.

Foram trinta e uma, alterações Orçamentais! Presumo que devesse ter havido uma revisão extraordinária.

A falácia da crise deve-se a receita crescente (também procurei demonstrar isto) e a insensibilidade da Câmara nas contas de cariz social? O desrespeito absoluto e a falta de solidariedade com as freguesias e também com os outros municípios vizinhos. Mas pior do que as contas de 2003 mostram, o que mostram de facto é a hipoteca de futuro para vários mandatos do nosso concelho pela gestão socialista do Dr. Alberto Souto e com a complacência do grupo Socialista de braço no ar.

Os números infelizmente são reais. E eu quero esclarecer que todos estes números que terei o prazer de vos indicar foram retirados apenas e só das Contas públicas que foram publicadas pela Câmara. Não foram feitos quaisquer arranjos — são factuais.

Os valores mais relevantes: a Despesa Corrente aumentou 1,3 milhões de Euros, ou seja 6%. Para um investimento de capital de 59,4 milhões de Euros, contraíram-se dívidas de médio curto prazo de 43, 1 milhões, ou seja 73%.

Já passou a febre do controle da despesa!?! Voltámos ao normal do Socialismo, gastar, gastar, gastar. É evidente que aqui há algumas ilhas em que nós notamos que há um esforço de contenção, mas a regra infelizmente não é esta. Tem aqui um quadro (que eu não posso mostrar), mas que me diz que as despesas correntes têm vindo sempre a aumentar. E comparativamente a 1997, que era o ano do degredo, de facto a evolução é exponencial com valores mais relevantes.

O endividamento bancário aumentou 6,9 milhões de Euros. A locação financeira (que é uma coisa que tentam esconder) aumentou 24, 3 milhões de Euros. E como novidade, este ano apareceu o factoring ao BPI de 4,497 milhões de Euros!?

Também no total, o endividamento contraído em 2003 somou 35,7 milhões de Euros, ou seja um crescimento de 107% relativamente ao período homólogo de 2002. Devemos ainda acrescentar mais 6,5 milhões no curto prazo transformando um aumento dos 107% para 151%!?

Só em 2003 pagaram-se 10,4 milhões em amortizações e juros, ou seja 34% da Receita Corrente — e ainda deixaram ir para relaxe 574.833,15 Euros (empréstimos da Caixa Geral de Depósitos)!?

De salientar que a partir de Maio de 2001, não se pagou, não foram pagas quaisquer amortizações de capital — estes empréstimos representam 33 milhões de Euros ou seja cerca de 50% do total pedido a longo e médio prazo. Como vai ser quando se começar a amortizar o capital?

A dívida de curto prazo é de 31, 2 milhões de Euros. Mais 18 vezes que no final do primeiro ano do mandato Socialista — a dívida de curto prazo. E o défice na tesouraria no valor de 29 milhões de euros!?

E ainda falavam os Senhores de um buraco... Quando o CDS deixou a Câmara eram 4 ou 5 milhões de euros, agora são 29 milhões de Euros!?! Já não é um buraco já é uma cratera. As dívidas de curto prazo tem um crescimento quase exponencial e a dívida total era em 31 de Dezembro 2003, eu estimo-a em 124 milhões e mais 10 milhões dos Serviços, mais a EMA e a PDA, Transria, Teatro, mas nada disso está contabilizado!?

Mais, as dívidas das empresas participadas como o Aveiro-Basket, tudo isto deve ser consolidado, e eu penso que não andaremos longe dos 140 milhões — mas obviamente que é um cálculo porque não temos informação.

Um quadro engraçado é o do investimento versus endividamento. Eu queria relembrar aquilo que disse aqui na última Sessão e riram-se. É que o investimento de capital aumentou quatro vezes desde 1998, mas as dívidas aumentaram dez vezes — isto é irrefutável, irrefutável! Claro que podem dizer que é dívida disto, dívida daquilo, mas somando as dívidas dá isso. Só a dívida de curto prazo e de longo prazo e ainda não estamos a falar no serviço da dívida, mas enfim. E este é o problema — é que pela primeira vez no ano de 2003, de facto, o investimento de capital foi inferior ao endividamento contraído!?

Nós temos que dizer, que não podemos dizer que o endividamento a curto prazo não é um endividamento de longo prazo, porque demora não sei quantos meses a pagar, aliás nunca dizem quanto demoram. Nós temos que ir ver nos jornais e não sabemos se é verdade, mas deve ser próximo da verdade, que são vinte e três meses.

Portanto, Senhor Presidente, eu penso que isto de facto é um buraco e é um buraco maior do aquele que o Senhor encontrou. E é muito maior do que as quatro vezes que investiu. As consequências da dívida Senhor Presidente também são importantes de analisar. A Câmara não ultrapassa anualmente, em regime normal, fará uma gestão de 68 milhões de euros num ano (incluindo as obras de regime). Normalmente em termos normais, sem receitas extraordinárias, não passa dos quarenta milhões. Se a Câmara retirar anualmente 10% dos resultados líquidos do exercício para amortizar a dívida já não chegam vinte anos, vários mandatos, para pagar o que devemos. Sem qualquer hipótese de virmos a fazer investimentos — aliás, isto está retratado no relatório do Tribunal de Contas que quiseram ler de uma maneira que eu não consigo perceber, mas tudo bem.

A problemática da Receita. O Senhor Presidente diz muitas vezes e diz aqui recorrentemente e eu uso o termo recorrentemente Senhor Dr. Filipe Brandão, que há um decréscimo da Receita. Mas foi na gestão Socialista que se inverteram os indicadores mais razoáveis; foi na gestão Socialista que os impostos cresceram todos os anos; foi na gestão Socialista que diminuiu a eficácia da gestão camarária. E a evolução da receita é objectiva, não deixa margem para dúvidas. De 1998 de 30 milhões passámos para cerca de 83 milhões. E o engraçado é que há aqui uma linha que eu chamei até a linha do caos, e que tem a ver com a troca de “papéis” quando a receita corrente inverte e passou a ser menor do que a receita de capital!? Nunca foi assim até 1999! E em 2000 para 2001 esta linha inverteu-se e agora diverge! Muito.

Os impostos cobrados subiram sempre, sempre, o problema dos impostos cobrados e eu aqui acho que é importante ver alguns números. É que na gestão do CDS também houve diminuição de impostos e também se resolveu o problema. Aqui só houve um ano (que foi 2002), em que houve realmente uma ligeira diminuição de 19,5 para 18,1 e agora novamente 18,8.

O problema está não nos impostos indirectos, não nos impostos directos que sempre subiram, está nas taxas e multas que diminuíram assustadoramente!? Portanto, ineficácia. Ou então as pessoas fugiram de pagar as taxas porque as acham muito altas e portanto, não investem. E este é de facto um problema e é um problema de facto importante.

A evolução do pessoal é na gestão socialista de 250 pessoas. Entraram uns, saíram outros, em média aumentaram 250 pessoas. De facto a Câmara, se contabilizarmos os Serviços Municipalizados, tinha em 2002 pessoal num total 652. Nos serviços contratados aumentaram, o que dá um aumento total de 738 para 745. No total, com Serviços Municipalizados, contas claras, estão no relatório, nem vale a pena discutir, aumentaram 10 pessoas. Eu não acho isso muito relevante de facto, mas indicou principalmente nos anos para trás, agora vê-se que há um esforço, mas indicou claramente uma subida e essa foi de 250 pessoas.

E eu de facto não percebo se a produtividade foi de facto também neste âmbito. Cresceu neste valor? E Senhor Presidente, Senhores Deputados, os verdadeiros impostos são a despesa. Eu repito, os impostos, os verdadeiros impostos são a despesa. Porque fazendo despesa improdutivo nós pagamos mais de saneamento. Quem não pagou mais de saneamento aqui? Mais na água, mais no lixo, mais taxas — e ao mesmo tempo atraímos menos investimento!

Também gostaria de deixar aqui uma nota para as preocupações sociais da Câmara. Eu tenho falado várias vezes sobre isto e não me cansarei e hei-de ser recorrente, porque acho que isto é um crime. A dívida à ACASA soma 1,3 milhões de euros! Demonstra despreocupação completa com as contribuições sociais dos funcionários. A dívida à Associação de Municípios do Carvoeiro, a quem a Câmara deve em 31 de Dezembro 1,7 milhões de euros, os Serviços, que é quem tem esta obrigação, tem créditos ridículos! Créditos ridículos dos municípios para com eles. E portanto, eu acho se não estará a cometer um crime Senhor Presidente. Então tem uma dívida de 1,7 milhões e tem para aí 80 mil euros que lhe devem da água? Eu não entendo isto. De facto não há justiça social por mais Socialista que se apregoe, que perceba isto.

E temos o exemplo da ERSUC. Cujá dívida é de oitocentos e tal mil euros em 2002 e agora é 1,8 milhões! Portanto aqui estará encoberto no nevoeiro ou no fumo da incineradora, talvez comecemos a perceber porque é que havia tanta vontade de a instalar em Aveiro.

É que é preciso pagar estes débitos. É que a gestão Socialista até 1999 ainda se preocupou em pagar a quem devia, depois não. Depois é o Estado que deve, toda a gente que deve...

O que eu sei é que, cada Aveirense, deve a 31 de Dezembro de 2003, 1.616 euros — isto eu sei e não é demagogia, é a realidade.

Estamos a contrair empréstimos também para a gestão corrente do “buraco”. Já estamos a contrair empréstimos para a gestão corrente!? Vejam o que aprovaram na semana passada. Vejam esse das festas. Por muito bom que possa ser, mas é isso que estamos a fazer! Não programámos, não precavemos, não arranámos dinheiro, e agora temos que pedir empréstimos para coisas que as pessoas não entendem. O que é que anda a fazer Senhor Presidente?

Mesmo admitindo que este endividamento era todo investimento devemos questionar, qual é o retorno para os municípios deste investimento? Trouxe-nos mais indústria, qual? Mais emprego? Nos seis anos de mandato quantas empresas se fixaram em Aveiro? Nós estamos a tornar-nos numa cidade de serviços públicos em vez de atrair a produção e o investimento?

Os nossos filhos irão beneficiar das decisões que estamos a tomar hoje? Não estaremos apenas a decidir aquilo que eles irão amanhã pagar? Que preço é este Senhor Presidente? Exigimos por isso Senhor Presidente que faça um esforço efectivo e não de palavras. Efectivo na amortização da dívida. Eu lembro que ainda não começaram a amortizar. Cada empréstimo que vem aqui é sempre para dois anos. É sempre para depois das eleições que se vai começar a amortizar, nunca para agora. Vimos isto na sexta-feira. Portanto não estejam esquecidos porque isso está lá escrito.

Uma rigorosa contenção da despesa Senhor Presidente. Exigimos. Eu sei que a Senhora Vereadora tem feito alguns cortes, mas não chega. Não chega Senhor Presidente. Um claro sinal, exigimos que dê um claro sinal aos pequenos credores de que vai começar a pagar. Exigimos também que deixe de pôr a culpa nos outros e fazer apenas (peço desculpa) aquilo para que lhe pagamos. Não esteja só a trabalhar para a sua reeleição. Trabalhe para pôr o município a funcionar. Se não o quiser fazer, por favor, siga o exemplo do seu ex-líder e vá-se embora ou se quiser fuja — que para mim é igual. Aveiro agradece.

Senhor Presidente — e porque não o posso deixar de fazer (eu tentei não passar este slide mas vou ter que o descrever, vou ter que as dizer) porque é que não nos dão os documentos

em formato digital? Hoje em dia não se admite. Porque é que não se publicam as Contas na Internet? Qualquer município do interior brasileiro tem as Contas na Internet! Qualquer — até o Tribunal de Contas as põe. Os munícipes assim podiam fazer a sua interpretação e deixavam de estar aqui preocupados em chamar nomes à oposição.

A antiguidade dos saldos a fornecedores e outros credores. É inacreditável! Qualquer balancete que nos dão numa empresa qualquer tem isso, é básico. Acho que é básico. Aqui se calhar não é básico. Se calhar é comprometedor. Coisas tão simples, coisas tão simples que qualquer computador fará, mas que nós temos dificuldade em fazê-lo à mão e que eu me recusei a fazer (podia ter feito de facto), que é as listagens alfabéticas dos credores e devedores.

E eu acho também, que não chega apresentar desvios orçamentais e ficar-se por aí. É preciso justificar os desvios orçamentais. É preciso dizer porque é que se gastou mais ou menos. Até pode ser que tenha razão. E portanto, eu exijo, ou peço, que na próxima vez justifiquem os desvios orçamentais acima dos 10% e também uma listagem de incumprimentos dos leasings e empréstimos detalhada. É que de facto houve incumprimentos de empréstimos. Está escrito no relatório e eu gostava de saber porquê? Não houve dinheiro naquela altura? Porquê? Não programaram?

Senhor Presidente, peço desculpa pelo tempo que demorei, e dou por terminada a minha apresentação e vou então conforme lhe pedi sugerir que se façam fotocópias das partes gráficas do documento. Muito obrigado.”

Vogal José Costa (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

B

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.

“Obrigado Senhor Presidente. Antes de mais permita-me uma pequena nota de rodapé se tal o Senhor me permitir. Eu gostaria de ter aqui à minha frente o Senhor Presidente da Câmara ou o Senhor Vice-presidente, porque já o meu líder de bancada esteve há pouco no uso da palavra e não teve a honra e prazer de ter o Senhor Presidente aqui presente. Pelo menos eu não o vi e julgo que aquele lugar é muito dignificante para todas as pessoas.

O que eu tenho para dizer é uma coisa muito rápida. Depois gostaria de ouvir o Senhor Presidente e certamente terei direito a réplica posteriormente, portanto também falarei nessa altura. Mas parece-me que aquilo que eu ouvi há pouco aqui assim demonstra à sociedade que de facto o PS começa a andar incomodado!?! O verniz começa a estalar e começa a remeter para as sondagens, mas nós sabemos que os aveirenses certamente que saberão julgar muito bem a atitude e a forma de estar desta Câmara e do Partido Socialista. E se hipoteticamente algum senhor jornalista disse que a discussão das Contas versão oposição, era uma ladainha — de duas uma: ou o Dr. Filipe Neto Brandão quebrou um pouco o sigilo o que não é propriamente uma norma mas pronto ou então quebrou a confiança do jornalista ou então esse próprio jornalista parece-me que não terá sido tão imparcial assim quanto deveria ser; mas cada um é como é!

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Câmara e da engenharia financeira que tentou fazer com todo este orçamento. Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, através do Senhor Presidente da Mesa, se já se fez alguma diligência para apurar as discrepâncias entre os valores auferidos pelo Tribunal de Contas e a Câmara Municipal? Neste momento é a pergunta que tenho para fazer. Mais uma vez estamos a discutir o Relatório de Gestão e Prestação de Contas e mais uma vez repetimos os mesmos argumentos. Ano após ano, o Senhor Presidente da Câmara mina-nos com relatórios cada vez mais elaborados, labirínticos até, mas que são afinal mais do mesmo.

Dissemos em tempo devido que o orçamento aprovado para o ano de 2003 era uma panóplia de invenções, virtualidades e intenções — e dessas certamente o dito está cheio.

Ponto 1- tem a virtualidade de ser um documento para ser apresentado, um documento maçudo, entediante por vezes, revelador do trabalho burocrático, mas julgado necessário para maquilhar contas imaquilháveis.

Ponto 2 – tem a virtualidade de se poder com ele dar a ideia de que está tudo bem, quando de facto está muita coisa mal.

Ponto 3 – tem a intenção de transmitir aos aveirenses uma sensação de Câmara bem gerida, quando de facto a intenção está bem longe da realidade.

Da análise das Contas salta logo à partida e mais uma vez, a mediania do cumprimento do Plano. Já por diversas vezes alertámos para a necessidade de verdade ou pelo menos de mais verdade entre o que se pretende e espera fazer e o que de facto se faz.

Parece-nos que o Senhor Presidente da Câmara tem o dever de falar a verdade por muito que isso lhe custe, assumindo a responsabilidade desta preocupante situação. Da mediania da taxa de cumprimento orçamental resulta desde logo que algo correu mal; mais uma vez. As previsões efectuadas há um ano atrás saíram furadas. Previu-se o imprevisível! Os aveirenses que viram aumentar as taxas urbanísticas e as taxas não urbanísticas, merecem pelo menos que o que lhes é prometido seja cumprido, sob pena de não mais se poder acreditar na palavra da Câmara o que é pena, pelo exemplo, pela ética, pelo bom-senso, pela boa fé e pela verdade.

É preocupante e triste, chegarmos a este momento com um aumento das dívidas de curto prazo face ao ano anterior de referência, o que indicia que a Câmara Municipal mantém a política de enfiar as facturas numa gaveta bem funda tentando esquecer que elas existem, financiando assim indirectamente, a juro zero, as actividades camarárias à custa dos fornecedores credores.

E é também mais injusta esta situação quando são estes pequenos e médios fornecedores que têm servido para o show off a que se tem assistido. É preocupante que a dívida de médio longo prazo cresça significativamente entre 2002/2003. É, porque estamos a diferir obrigações para mais tarde, impossibilitando que outros num futuro próximo ao tomar os destinos da autarquia em suas mãos se vejam numa situação constrangedora tapando as feridas abertas por esta actual gestão camarária. É preocupante que o passivo esteja tão dinâmico que não seja possível pará-lo. Recordo pelos cálculos, comparando os meses homólogos de 2003 e 2004, acrescem 45% o seu valor — e isto não considerando os valores da dívida do III quadro comunitário de apoio e os valores dos Serviços Municipalizados de Aveiro.

Errados, dirá certamente. Mas são os meus dados e curioso, são os dados fornecidos nas suas Comunicações. É preocupante que aos aspectos relacionados com as questões sociais, em particular o alívio das dívidas para com as instituições que garantem o bem-estar de quem para a Câmara trabalha, continuem a não merecer do Executivo a atenção devida.

É preocupante que as Juntas tenham de (desculpem-me a expressão) quase mendigar verbas.

Obviamente que os senhores Presidentes da Junta sabem defender-se e sabem exigir o que lhes é devido por direito. Não poderei e não saberei tão bem defender os seus direitos quanto eles, legítimos representantes das suas terras. Não posso no entanto deixar de expressar a minha indignação pela aparente forma como têm sido tratados. O seu lamento é ensurdecador, tendo-se feito já sentir por diversas vezes nesta Assembleia. Pena é que o que se ouve na cidade e no município em geral já à boca cheia é que a Câmara é má pagadora, incumpridora de prazos e sorvedouro dos dinheiros dos munícipes aveirenses. Tenho dito, obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. O Senhor Presidente, ao fim de três Sessões das quais basicamente se discutiu a situação financeira da Câmara, eu sinto-me de alguma forma bastante frustrado.

Isto porque sou daqueles que pensa que não há um bom governo sem uma boa oposição. E de facto o que se nota aqui é que não temos uma boa oposição. Eu gostava que esta Câmara tivesse uma boa oposição. Se esta Câmara tivesse uma boa oposição a Câmara geriria muito melhor.

De facto a oposição arrasta-se nesta Assembleia repetindo o óbvio e sempre o mesmo. Sem apresentar quaisquer alternativas ou soluções e era bom que as apresentasse. E há alternativas e soluções. Daí, Senhor Presidente, eu lhe apresentar a minha frustração. É que a oposição está prisioneira dos seus próprios paradoxos. A oposição está prisioneira num labirinto de que não encontra saída, principalmente porque não consegue resolver duas questões fundamentais e são estas questões fundamentais que a levam a não apresentar soluções.

De facto a oposição é perita em meter água nesta discussão, mas eu não queria entrar por aí e queria falar dos dois paradoxos que efectivamente a oposição não consegue resolver. Primeiro lugar é o paradoxo despesa a mais, dívida a mais. Como é que a oposição reage? Queremos mais obra! Foi o que aqui se falou. Queremos mais obra!? Como se essa mais obra não se fizesse à custa de mais despesa e mais dívidas. A menos que se encontre aí num sítio qualquer uma fonte que jorre de manhã prata (e da maneira que isto vai se calhar de tarde precisa de jorrar ouro), porque se não, não dá — enfim, é possível.

Um outro paradoxo é diabolizar (como já aqui ouvimos falar) o aumento da receita. Diabolizar a carga fiscal, diabolizar a carga de taxas, diabolizar isso e por outro lado, querer-se uma diminuição da dívida. São esses paradoxos que não conseguem resolver. E eu recuso-me de facto a participar nessa “ladainha”. De facto para esse peditório eu já dei. E contrariamente à oposição tenho, como sempre tive, a coragem de meter o dedo na ferida e de apontar algumas soluções para um problema que me vem a preocupar e que pelos vistos não preocupa nada a oposição. E esse problema chama-se Serviços Municipalizados. É preciso ter coragem principalmente sendo da posição para levantar esse problema, principalmente fazendo o trabalho que devia ter sido a oposição a fazer. É por isso que nós não temos oposição.

De facto, o problema dos Serviços Municipalizados é grave, muito grave. E exige tomadas de posição. Podemos aqui dizer que e eu tenha levantado isso, não é de agora. Quem me conhece sabe que eu venho a levantar isso de há cinco ou seis anos, porque tudo indiciava que o problema dos Serviços Municipalizados desaguasse numa situação tal e qual como aquela que hoje se vive que é (se vocês verificaram), uma situação de fundos próprios, de capital próprio, negativo!?

Que é uma situação de continuados prejuízos que não são de agora. Até se pode dizer como agora costuma dizer o Governo, que é uma herança do passado. Não me lembra de aqui algum dia vir resultados positivos dos Serviços Municipalizados. É uma situação que cabe a esta Câmara resolver. É preciso ter coragem para a resolver e tem que ser resolvida rapidamente. As dívidas de médio a longo prazo dos Serviços Municipalizados não são muito elevadas, são de cerca de quinhentos mil contos, mas as dívidas de curto prazo são elevadíssimas para o total de receitas anuais dos Serviços Municipalizados ou seja serão da ordem dos 2,2 milhões de contos — são elevadíssimas!

Agora, o que é certo é que tem que se partir eventualmente para uma solução empresarial. O que levanta um outro problema. É que para passarmos para uma solução empresarial é preciso criar uma empresa e dotá-la dos meios próprios e necessários. Isto é, nas minhas

contas, que são umas contas que eu faço assim a correr, é necessário que a Câmara que vai ser obviamente a detentora do capital social destes Serviços Municipalizados arranje de uma conta, de uma gaveta qualquer, coisa como um milhão de contos, que eu reputo necessários para lançar a empresa e para ela poder sobreviver e para se poder enfim, para se poder implementar em Aveiro e para poder entrar na área do seu desenvolvimento correcto e também na área do lucro, porque não. Pelo menos lucro que não dê prejuízos chamemos-lhe assim. Para isso são necessários três, quatro anos, talvez cinco anos, é necessário um milhão de contos. É esse desafio que a Câmara terá de vencer, é esse desafio que a Câmara não poderá protelar por muito mais tempo. E, daqui, exorto a Câmara para resolver esse problema de criar essa empresa e arranjar, que de facto internamente não se tem conseguido arranjar como aliás os documentos o provam, soluções de gestão para essa empresa e enfim tentar que no futuro...

Uma última achega e isto é como dizia o outro, os conselhos dão-se porque não valem nada porque se valessem alguma coisa não se davam, mas um último conselho é o seguinte: ouvi para aí um zum zum que eventualmente se pretenderia criar mais do que uma empresa municipal, subdividindo as áreas da mobilidade dos transportes e a área dos serviços de água e saneamento, enfim e os outros serviços. Penso que para aproveitar sinergias a minha opinião é de que e daqui deixo esse recado desta bancada ou melhor, desta bancada em que eu me sento e de mim próprio, é que para se aproveitar sinergias não se deve subdividir tudo nesse processo. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Orlando Terra Sêca (PS)

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu, tanto dado, tanto discurso, tanto elemento, tanta coisa em cima da mesa, já é difícil intervir e dizer alguma coisa nova sobre aquilo que estamos aqui a discutir. Mas não deixo de me surpreender com a preocupação do Dr. Raúl Martins! Não deixar que sejam criadas várias empresas municipais em vez de uma única nos Serviços Municipalizados! Eu acho que se calhar o melhor era se a gestão das empresas municipais, se é assim tão boa, tão boa, era nem fazer só uma com os Serviços Municipalizados, era fazer uma que tivesse também a Câmara, tudo junto, e que não houvesse mais problema. Miraculosamente as coisas transformavam-se de um dia para o outro e uma gestão negativa passaria a ser positiva só porque o estatuto, neste caso de empresa de capital público, mas qualquer dia quem sabe pode ser de capital privado!?”

Juravam há dias no Congresso da Ria, juraram que não sabiam de nada, o Director da SIMRIA por acaso o Eng.º Fernando Tomás, jurava na Mesa que não sabia de nada sobre privatização das águas de Portugal e depois cai-lhe em cima a notícia da privatização. Que agora não se sabe se vai se não vai, mas pronto, paciência.

Voltando ao assunto que está na ordem do dia. Eu li o texto que nos foi enviado da deliberação da Câmara relativamente a este ponto e sinceramente a grande perplexidade que surge é, como votar esta prestação de contas, como votar?

Eu li a lei que diz: «nós devemos apreciar e votar os documentos de prestação de contas» há uns tempos atrás a lei só dizia «apreciar», agora manda-nos «votar». Depois ficamos sem saber, eu pelo menos fico sem saber, o que é que nós votamos. Se é um juízo político de apreciação das Contas ou se é as Contas elas mesmas a rigor ou sem rigor.

Eu li da informação que veio li que houve senhores Vereadores do CDS/PP e do PSD, que na Câmara votaram contra as Contas. Mas não li nas declarações de voto nada que dissesse que as Contas estavam mal feitas ou que estavam erradas ou que não reflectiam a realidade do concelho.

Eu admito que de facto que se possa fazer uma votação de juízo político. Mas vamos agora admitir o absurdo, que uma qualquer maioria desta Assembleia Municipal, conjuntural, chumbava as Contas e as Contas iam para trás. A Câmara fazia outras para mudar estas? Como é que era? É que não nos é explicado o que é que nós temos que fazer, se é votar Contas ou exprimir o juízo político. Eu vou optar por exprimir o juízo político, porque acho que o equilíbrio aqui nesta Assembleia ou o desequilíbrio nesta Assembleia não o permite, mas de facto não posso deixar de exprimir aqui esta interrogação e esta inquietação. Se houvesse uma maioria que votasse as Contas atrás, quando nem nos senhores Vereadores nem daquilo que veio a esta Assembleia tenha acontecido algo que pusesse em causa as Contas que foram apresentadas.

De facto com atraso, aliás com muito atraso, nós temos hoje Contas apresentadas segundo o modelo da POCAL (Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais). É o método de apresentação de Contas que é claramente mais transparente, é de mais fácil leitura, é mais fácil de ler as taxas de execução, é mais fácil a análise comparativa com anos anteriores, é possível portanto dar elementos suficientes para um juízo político.

Falta ainda o inventário! O inventário que a lei mandava fazer para Janeiro de 2000 e que ainda está por fazer. E curiosamente no anexo à demonstração financeira não se diz que o inventário do património está atrasado, diz que vai ser adjudicado!?

Vai ser adjudicado a realização a uma empresa, o inventário do património! Quatro anos depois, ainda estamos para adjudicar a uma empresa externa a realização do património? Isto não é um atraso, é um atraso gigante. É um atraso acima de tudo das opções.

Também o Balanço Social não me parece que deva ser assim. Eu não estou a dizer que está mal, até tem bastante informação, mas é informação seca. É uma informação que não é relativizada com anos anteriores. Quando diz “o absentismo foi este” não sabemos se subiu se desceu. Quando diz a formação que se fez foi esta, é tudo dados do ano e não custava nada e a Câmara com certeza estava em condições de o fazer, de apresentar dados comparativos que permitissem uma leitura política da evolução da situação no concelho. Quanto à conclusão das Contas. Quanto àquilo que é o elemento que a Câmara invocou em determinado momento como principal e que foi agarrado por alguma comunicação social, que é o resultado líquido do exercício. Portanto diz-se na Prestação de Contas que o resultado líquido do exercício foi positivo e que atingiu um valor de quatro milhões de euros «o que reflecte uma intervenção activa no sentido de um efectivo controle de custos». Espectacular! O Município teve quatro milhões de euros de resultado positivo e o efectivo controle de custos. Nem sequer houve problemas por não ter sido possível implementar o sistema de contabilidade de custos, por razões informáticas. Mesmo assim a Autarquia conseguiu fazer o controle de custos, apesar desta parte do sistema informático não puder ter sido implementado, mas os outros elementos permitiram esta leitura e estes resultados e a conclusão de um efectivo controle de custos! O que dizer. Fica-se sem fala! Oitocentos mil contos de lucro nas Contas temos que nos calar. Mas já que eu não me consigo calar completamente dois ou três apontamentos.

Portanto nós temos o resultado líquido do exercício positivo de oitocentos mil contos, mas só 53% da execução orçamental.

Temos oitocentos mil contos de lucro, mas só 70% da execução das actividades mais relevantes.

Nós temos oitocentos mil contos de lucro, mas temos duzentas e treze actividades mais relevantes a zero da execução.

Nós temos oitocentos mil contos de lucro, mas as dívidas aos bancos aumentaram um milhão e meio de contos durante o ano, excluindo o leasing.

Temos oitocentos mil contos de lucro, mas as operações do leasing aumentaram cinco milhões de contos.

Temos oitocentos milhões de contos de lucro, mas as dívidas não financeiras a fornecedores, instituições, às Juntas etc. aumentaram seis milhões de euros neste ano, atingindo o montante de trinta e um milhões de euros.

Nós temos oitocentos mil contos de lucro mas as dívidas acumuladas financeiras ou não, ultrapassaram vinte e quatro milhões e oitocentos mil contos.

Se os oitocentos mil contos de lucro fossem aplicados na redução da dívida... mas não vão ser, porque não pode, têm que ser aplicados em património.

Se os oitocentos mil contos de lucro fossem aplicados na redução da dívida ficariam apenas vinte e quatro milhões. O juízo político está aqui, não é preciso dizer mais nada.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito brevemente ou o brevemente possível, mas certamente brevemente, eu não entraria já mais na análise puramente factual do que são os números. Quer o meu colega de bancada António Granjeira quer outros elementos desta Assembleia já o fizeram, com reconhecido mérito e brio, com a reconhecida valia e com reconhecida correcção e portanto, dispenso-me eu que nem técnico sou na matéria de a fazer. Não posso no entanto deixar de aqui de uma maneira sentida, de uma maneira que sempre foi a maneira do CDS estar nesta Assembleia e na política, de dizer que esses números, essa análise puramente factual e esses números, resultam claramente na obrigatoriedade que esta bancada tem em fazer desses números uma análise política.

E uma análise política que entendemos dever ser feita neste momento aqui e agora, com toda a seriedade. Não gostaria no entanto de começar sem à guisa de comentário, porque mais nada do que isto pode ser efectivamente, de dizer que muito me espanta ou espantaram as intervenções da bancada do Partido Socialista. A começar pela intervenção do seu líder de bancada, que muito prezo e estimo, a acabar no que acabou. E conhecendo eu o líder da bancada do Partido Socialista como conheço há anos, sabendo eu da sua rectidão de procedimentos, até nesta Assembleia, sabendo eu ou pressupondo eu que nesta Assembleia acontece da meticulosidade que põe na preparação da sua bancada para cada uma destas reuniões e na articulação da sua bancada com a Câmara, pressinto ou sinto, que está neste momento ligeiramente envergonhado. Eu retiro até o envergonhado e diria embaraçado com a forma com que isto tudo está a acabar. Efectivamente é esquisito. E efectivamente é esquisito e se de ladainha se trata paciência. Tragamo-las para aqui para cima da mesa todas as ladainhas que entendermos que devemos trazer. O que não devíamos trazer “caro amigo e líder da bancada do PS Dr. Filipe Neto Brandão” era efectivamente, para esta Assembleia, conversas de corredor ou de passeio com os jornalistas da nossa praça. E sabe porquê Dr. Filipe Brandão? Porque no meio político aveirense, pequeno eu sei, insípido eu sei, aborrecido sobretudo para vós, quando dizemos as coisas que não querem ouvir, já há muito que se diz que essas conversas acontecem. Tivemos hoje aqui pela sua própria voz a confirmação.

É triste, é deselegante, que um qualquer jornalista da nossa praça tenha a ousadia de em conversa de passeio com o líder da bancada do Partido Socialista dizer “lá vamos assistir à ladainha da oposição.” É triste e não dignifica a Democracia e sobretudo não dignifica quem profere esse tipo de afirmação. Mais, não honra a bancada do Partido Socialista trazer para esta câmara esse tipo de informações, porque são informações que claramente nós dispensamos e a Democracia aveirense dispensa, apesar de confirmarem algumas das suspeitas ou expectativas que já teríamos instaladas nos nossos espíritos há muito tempo. Só pela sua voz, só pela sua boca, estou certo e chegado a este nível de saturação é que uma tamanha gafe podia ter sido trazida para esta Assembleia. Depois a história interminável ou “Never ending story.” Eu sei também caro amigo Filipe Brandão que é um

cinéfilo assumido e com gosto e que sabe de cinema. O Senhor fala de “Never ending story” histórias intermináveis. A mim ocorrem-me outros títulos: o Feiticeiro de Oz; os Sete Magníficos; cinco, cinco ali mais o Senhor e o Senhor Terra Sêca, são sete os magníficos; E Tudo o Vento Levou, um clássico da cinematografia mundial; Kill Bill, o recente clássico contemporâneo da cinematografia mundial. Mas sobretudo lembro-me de um filme que demorei anos para conseguir ver até ao fim, sobretudo por causa daquela cena em que a rapariga saltava em cima da cama possuída por um demónio (e acho que esse é o título que aqui nos faltava) que é o Exorcista.

É exactamente aquilo que aqui nos faltava. Busquei um pouco no meu sótão de memórias, rebusquei e encontrei. É o Exorcista exactamente. O Senhor deu-nos a ideia e vamos a isso — há por aí muitos. Desde Vilar de Perdigões ao Sul de Portugal, pode ser que nos safemos e que encontremos alguém que nos dê uma mãozinha.

Bom, é triste, também democraticamente falando, que a bancada do Partido Socialista nada mais faça senão timidamente pela voz obviamente daquele que nessa bancada mais autoridade tem para falar sobre estes assuntos, mais uma vez o Dr. Raúl Martins, encene uma crítica aos Serviços Municipalizados. Encene e aduza, produza objectivamente, uma crítica aos Serviços Municipalizados, quando estava eu tranquilo e posto em sossego aqui na minha cadeirinha, pensava, pensei para os meus botões: — “ pois olha que isto que aqui o colega Raúl Martins está a dizer dos Serviços é se calhar um fatinho feito à medida para a gestão camarária”. Um fatinho feito à medida. E é triste que veladamente gente do gabarito e do prestígio do Dr. Raúl Martins, seja compelido a estrategicamente dar as suas bicadinhas políticas, utilizando para isso outros.

Bem sei que fazendo parte do mesmo bolo, mas um bocadinho ao lado e pondo em sentido quem quer pôr em sentido, dizendo “meus amigos se nos Serviços é assim na Câmara é bem pior”. Todos sabemos isso. Será que é isto que se chama ladainha? Será que é isso que se chama ladainha? É triste. Democraticamente falando eu utilizo o “triste” recorrentemente porque é característico das ladainhas, que se diga por parte da bancada do Partido Socialista que não há um bom governo sem uma boa oposição. Descredibiliza consequentemente esta oposição e consequentemente também descredibiliza o governo como é óbvio. Mais, não só o faz aqui como se o seu Partido a nível nacional considera este o pior governo de todos os tempos. Pelas suas palavras apenas e só, estamos então também perante a pior oposição de todos os tempos. É um raciocínio directo, simples, e induzido daquilo que o Senhor disse. Mais ainda, é constantemente triste e é fundamentalmente inadmissível, e digo isto com um tom de voz tranquilo, embora o “Sr. Orlando 45”, ele próprio há dias se apelidou “Orlando 30”, hoje por causa deste discurso não oco e não vazio e nem bacoco, já é no dizer da minha bancada o “Orlando 45”. Perdoe-me a brincadeira.

Embora se diga que não é despesismo uma casa a cada português, não é despesismo; um carro a cada português... tudo isso fez o Partido Socialista, vejam bem! Tudo isso fez o Partido Socialista e por acaso até obriga membros da bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Aveiro a comprar carros já em 2003 — se calhar até é o caso do “Sr. Orlando 45”. O Partido Socialista a si não lhe deu um carro obviamente, não é!?

A questão é tão simples como esta. Presenciamos hoje um exercício político da parte do Partido Socialista legítimo. Primeiro a desvalorização absoluta, completa e rematada (para utilizar os três adjectivos que normalmente se utilizam no discurso oral), por parte das críticas que eventualmente se produziram nesta Assembleia através da pessoa do Senhor Presidente da Câmara. Claramente está desvalorizada a questão. Por mim não me importo nada. Eu já disse na última Sessão que não falaria mais para a Câmara. Tento falar para vós. E em Aveiro, Aveiro é capaz de ser a única terra deste país em que a água mole em

pedra dura dá, dá, dá, mas não fura!? Aveiro no que diz respeito à vossa bancada é certamente a única terra do país.

Tento falar para fora. Tento digo bem e mais não digo. É triste também que essa mesma bancada seja capaz de escamotear números tão simples, que é a própria Câmara que os põe nos relatórios! É triste que se tente encontrar eu diria tergiversações, palavra utilizada pelo Dr. Alberto Souto pela primeira vez quando candidato à Câmara e que recorrentemente a utiliza não no discurso oral mas no “modus faciendi” como se costuma dizer.

Mais. É pouco democrático aquilo que hoje aqui se passou. É pouco democrático porque qualquer um dos senhores, desde o Sr. Orlando 45 ao Senhor António Salavessa, ilustre representante da bancada do Partido Comunista, a qualquer um de nós, estamos aqui porque alguém lá fora quis e em democracia não se pode admitir que alguém critique outras bancadas dizendo “lá vêm eles dizer o mesmo”. “Eles” têm o direito de dizer o mesmo quantas vezes entenderem. Da mesma forma que o Senhor Presidente da Câmara repete à exaustão que a situação financeira da Câmara é uma boa situação financeira. É exactamente a mesma coisa.

Da mesma forma que os Senhores repetiram e dizem e afirmam à exaustão, que o julgamento se fará nas urnas no dia das eleições autárquicas. Deixem que assim seja. Façam o vosso trabalho. Contem com a oposição para vos massacrar sempre que os tivermos que massacrar. Contem com a oposição para fazer sugestões. E já agora Dr. José Costa, ilustre Presidente da Concelhia do Partido Socialista e colega desta Assembleia, diz que o numerador era zero. O numerador num número fraccionário das críticas construtivas, das sugestões, das alternativas, diz ele o Presidente da Concelhia do Partido Socialista que era zero. Está distraído ou na altura a motivação política se calhar não era tanta, porque também não era ainda Presidente da Concelhia do Partido Socialista e agora tem que mostrar trabalho obviamente, mas olhe que o numerador não é zero caro Presidente da Concelhia do Partido Socialista, o numerador muitas vezes foi dito aqui por esta bancada que podia pelo menos ser igual a trinta milhões de Euros.

Trinta milhões de Euros, o que a dividir por mil quinhentos e doze credores já dava alguma ajuda — e esta sugestão foi aqui feita mil vezes por esta bancada, pela bancada do Partido Social-Democrata e também pela bancada do Partido Comunista Português. Por vós não, nunca! Para vós o numerador é zero.

E neste caso concreto do empréstimo para saneamento financeiro, o numerador tem obrigatoriamente que ser zero e os senhores sabem. Lá fora é que ninguém sabe. E sabem porquê? Porque para se conseguir um empréstimo para saneamento financeiro não é com duas cantigas. Não é vir a esta Assembleia pedir quinhentos mil euros para fazer uma festarola do Euro. Não é pedir a esta Assembleia pedir novecentos e sessenta mil Euros para despesas de investimento — nem sequer fundamentadas! Para se pedir um empréstimo para saneamento financeiro é preciso justificá-lo com tudo o que manda a lei e os Senhores não o fazem. E não o fazem por algum motivo. Preferem financiar-se claramente como o estão a fazer porque são orientações Socialistas. Preferem financiar-se nos fornecedores privados em vez de se financiarem nos bancos, colmatando o buraco em que estão a colocar esses mesmos fornecedores privados.

É assumido publicamente mesmo que o não digam. A Câmara de Aveiro financia-se, financiou-se, durante todo este ano e vai continuar a fazê-lo nos fornecedores privados. Mais nada. Esta é a pura das verdades.

Eu terminava Senhor Presidente, dizendo que eu não sou adepto de publicar as Contas na Internet. Eu acho que não, não vale a pena. Eu tinha até um nome para o Site não é: www.covafunda.com mas não sou adepto, não vale a pena. É desnecessário. Deixem estar os aveirenses mais sossegados mais algum tempo?

*E aproveitava o exemplo do vosso ex-Primeiro Ministro e chegava às eleições autárquicas e vão-se embora. Fugam, saiam, dêem-nos liberdade e dêem ao povo a liberdade de dizer que já chega. Já chega, porque simplesmente e para terminar, é de uma forma absolutamente entristecida (e com isto termino a minha ladainha), que eu olho para as vossas caras, que olho para a vossa postura, deputados municipais de pleno direito como eu, como qualquer um, e vejo uma acritude (se é que se pode utilizar este termo regular), desde há seis anos a esta parte; regular desde há seis anos a esta parte. E vejo nessa bancada gente que eu me habituei a admirar como os grandes críticos (porque foram) dos governos do Dr. Girão Pereira, a quem os senhores chamavam de desgoverno. É incrível como chegamos a este ponto e é incrível como o “Poder” muda as pessoas “Sr. Orlando 45”.
Muito obrigado, Senhor Presidente.”*

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. A minha vontade era dizer mais do mesmo porque me parece que por muito que dissesse, acho que não diria o suficiente para se alterarem aqui alguns procedimentos. E principalmente, o facto de nos poderem ouvir melhor e respeitar melhor a oposição.

Estava habituado a um conformismo entre aspas “doentio” da bancada do PS nestes últimos seis anos e reparo com alguma surpresa que de repente aparecem como aqui já foi dito pelo meu colega que me antecedeu a exorcizar a oposição a ser diferente. Nós queremos ser diferentes, mas não daquilo que temos sido. Queremos ser diferentes daquilo que vocês têm sido.

Para nós, sermos diferentes não é um defeito é um direito. Aceitamo-nos como somos e até temos muito orgulho do nosso passado como CDS.

Esperava ouvir aqui hoje da bancada do PS principalmente, alguns elogios justos. Mas não, foi precisamente ao contrário para poderem ter que dizer amanhã que até criticaram e até apontaram alguns erros à Câmara Municipal. Disse o meu querido amigo Raúl Martins, que eu muito respeito, algumas críticas aos Serviços Municipalizados. Repare, a essa observação ou a essa indicação eu respondo com um elogio. Os Serviços Municipalizados, os documentos que nós hoje estamos aqui a tratar, este documento dos Serviços Municipalizados é um documento completo, de leitura total e bem feito, e apresentável, e não deixa dúvidas nenhuma para ninguém. Não traz aqui patrimónios negativos. Mais, traz inclusivamente indicadores financeiros que são muito importantes para esta Assembleia Municipal. Fala de liquidez geral, fala de autonomia financeira, fala de cobertura do imobilizado. E o balanço da Câmara Municipal Sr. Dr. Raúl Martins e Dr. José Costa? Os Senhores como economistas, se quisessem ser justos, e se nos quisessem ensinar alguma coisa como é vosso dever, deviam falar precisamente nisso.

Se os Serviços Municipalizados não fazem melhor é com certeza porque não puderam. E o CDS há uns anos atrás, sempre a dizer o mesmo, bem a elogiar o trabalho dos Serviços Municipalizados. É também os próprios Serviços Municipalizados numa tentativa e num facto de isenção que diz: o indicador de liquidez tem uma evolução desfavorável.

Os rácios de endividamento e de autonomia financeira estão a agravar-se preocupantemente. A capacidade de resolver os compromissos está a agravar-se de forma preocupante. O activo circulante sem margem para fazer face à dívida a curto prazo. Repare Sr. Dr. Raúl Martins (e eu sei que o Senhor fez essas contas, porque não podia deixar de as fazer), o rácio de liquidez geral dos Serviços Municipalizados está aqui indicado como 36%. O rácio da Câmara Municipal sabe de quanto é? Dizê-lo é uma vergonha porque numa empresa normal diríamos que é uma casa falida, é de 15%.

Senhor Doutor e se os Serviços Municipalizados no seu dizer estão mal, que será então da Câmara Municipal? Faça-se o enterro. Não tenha a menor dúvida. Há duas coisas que são fundamentais principalmente para o Sr. Dr. José Costa e para o Sr. Dr. Raúl Martins como homens da área, uma contabilidade ou um balanço que não tenha acréscimo de proveito e custos diferidos não merece logo à partida nenhum juízo de valor positivo. Estou certo ou estou errado? Não quero que me responda Senhor Dr. É que à partida a contabilidade não é uma contabilidade realista porque falha logo no princípio básico da contabilidade que é o princípio da especialização dos exercícios — e não me venham dizer que o balanço da Câmara Municipal não tem custos diferidos. Ou o pessoal da Câmara já não recebeu o 13.º mês, o subsídio de férias? Recebeu e isso são custos diferidos. E os proveitos?

Vamos às Contas. Muito elevadas as dívidas de curto prazo. Que fará a Câmara Municipal, gestão mais rigorosa. Eu não tenho dúvidas nenhuma. Por aquilo que li dos Serviços Municipalizados, a gestão tem sido efectivamente aquilo que se pode dizer algo de rigoroso, mas da Câmara já não me atrevo.

Eu queria-vos pedir uma coisa. Aceitem o inevitável. Porque é bom aceitar. Aceitá-lo com um sorriso nos lábios. É uma lei da natureza Senhor Doutor. Há o belo, há o feio, há o doce, há o amargo, há o sol, há a chuva, há o calor, há o frio, o êxito e a frustração, o elogio e a crítica e nós temos sido críticos. E a Câmara Municipal se nos tivesse ouvido muitas vezes teria chegado à conclusão que efectivamente nós estávamos a ser mais amigos com os nossos nãos, do que outras bancadas que disseram sempre sim.

Repare num exemplo. Em Abril de 2003 foi à pressa que se convocou a Assembleia Municipal para aprovar as trinta medidas. Eu disse na altura que a montanha tinha parido um rato. Hoje, como balanço, acabo como disse em Abril de 2003 “a montanha pariu um rato”. Não se nota nada, nada, desse esforço! Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal Raúl Martins (PS)

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – deu por concluída a abordagem a este assunto.

Não se verificando mais intervenções, o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto 3. Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano 2003 da Câmara Municipal, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte votos a favor (PS18+IND2) e dezoito votos contra (PSD11+PP6+PCP1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

“Declaração de voto da bancada do CDS/PP, em relação à Prestação de Contas relativo a 2003 da Câmara Municipal. Permitam-nos os seguintes comentários, salientando alguns aspectos para nós mais relevantes.

O endividamento bancário líquido aumento cerca de 6.914.408,00€ a locação financeira cresceu em 24.317.801,00€ e as dívidas ao BPI (presumo de factoring) entraram como novidade e são 4.497.838,00€.

No total o endividamento contraído em 2003 somou o valor de 35.730.048,00€ ou seja um crescimento de 107% relativamente ao período homólogo de 2002.

O verdadeiro caminho para entropia desta Câmara está no curto prazo, com um défice de tesouraria no valor de 29.092.952,00€. — ou seja o activo circulante menos o passivo de curto prazo.

O valor da dívida total da CMA é em 31.12.2003 de 124.448.923,55 € — sem os SMAs com mais 10 milhões de euros; sem a EMA e a PDA; sem a Transria; sem o Teatro Aveirense; cujos valores se desconhecem!?

A actividade da Câmara não ultrapassa anualmente metade deste valor, incluindo obras de regime como o Estádio Municipal. Se a CMA obtiver anualmente 10% de resultados líquidos do exercício para amortização da dívida já não chegam 20 anos para pagar o que devemos e sem qualquer hipótese de efectuar novos investimentos.

É redutor introduzir aqui a velha desculpa de que o “Estado não paga” e “a revisão da SISA veio-nos tirar uma parte importante das receitas.” Na verdade os impostos directos cresceram relativamente ao ano de 2003 cerca de 2.302.000,00€. Respectivamente: Derrama 400.000,00€; a Contribuição Autárquica 1.700.000,00€; e a SISA 150.000,00€.

O que será que o Estado deve?

Quem deve é o município de Aveiro. A dívida continua a aumentar vai em 124 milhões de euros. O argumento de que “o Estado não paga” é claramente irrelevante dado que os valores de que se fala são incomensuravelmente diferentes. A dívida contraída não é só para investimento. Lamentavelmente é também para pagar despesa corrente que não para de aumentar.

Não sabemos ao certo o que o Estado deve, mas podemos afirmar que cada aveirense deve 1.616,00€.

Mesmo admitindo que este endividamento era todo investimento, devemos questionar: qual é o retorno para o munícipe deste investimento? Vamos ter efectivamente mais qualidade de vida? Os nossos filhos irão beneficiar das decisões que estamos a tomar hoje ou estamos a decidir aquilo que eles irão pagar?

A taxa de execução deste ano do Plano Plurianual de Investimentos mais as Actividades Mais Relevantes, é mais uma vez inferior aos 50%! Ou seja do orçamentado e corrigido valor de 109.209.800,00€ nestas Contas, a execução é de 53.411.379,00€ — equivalente a 48,9%.

Se reportarmos ao de facto apresentado em 2003 (116.508.855,00€) então a taxa de execução é de apenas 45%.

Coloca-se-nos outra questão: com que base foi elaborado o Orçamento 2004? No orçamentado ou no executado de 2003?

Com uma taxa de execução orçamental inferior a 50%, demonstrou este Executivo um optimismo incompreensível na receita que não foi atingida, prejudicando evidentemente as despesas programadas.

Voltamos a afirmar que os Orçamentos, tanto quanto possível, não devem reflectir como tem sido costume nos últimos anos um mero plano político de intenções mas antes um plano realista de execução, sem ferir a ambição de inscrição de rubricas no interesse de Aveiro.

Gostaríamos de ver de forma explícita o esforço para amortização da dívida. Por exemplo a ACASA que já soma 919.421,04€; para além dos SMA que atinge 429.467,31€ o que demonstra pouca preocupação com as contribuições sociais dos funcionários.

O caso da Associação de Municípios do Carvoeiro que totaliza 1.780.155,44€, sendo o abastecimento de água um serviço de referência da administração municipal. E ainda o exemplo da ERSUC cuja a dívida cresceu de 860.772,35€ em final de 2002 para 1.850.694,71€. Talvez esteja aqui o condicionamento que catalizou a vontade do Senhor Presidente da Câmara em alojar uma incineradora no concelho.

Em relação ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas, continuamos com o mesmo parecer de há um ano atrás, faríamos, parafraseando diferentes slogans “Mais e Melhor” e “Como Deve Ser” , agora “Aveio merece melhor”.

Finalmente, pensamos que deveria ser distribuído um documento mais profundo, com informações complementares e mais detalhadas, e não apenas os mapas que são

obrigatórios, embora já mais esclarecedores do POCAL. De entre essas informações, poderiam constar as seguintes:

1. Antiguidade dos saldos de fornecedores e de outros credores
2. Justificação para todos os desvios orçamentais superiores a 10%
3. Prazos médios de pagamentos.
4. Listagem de incumprimentos.

Apesar destes dois documentos se tratarem de relatórios técnicos e referentes ao transcorrido, mas pela continuidade gravosa de defeito analógico de processar informação, a qual não permite uma análise pormenorizada e mais técnica, associados ao nebuloso futuro do município evidenciado pelo efectivo e descontrolado endividamento, o nosso voto tem nesta oportunidade de expressar uma rejeição clara e pedagógica através do voto contra.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

D

“O voto contra o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do ano de 2003 da Câmara Municipal de Aveiro pelo grupo do PSD, é um voto contra a política seguida pelo Partido Socialista em Aveiro durante este último ano. Um ano em que a Receita aumenta pelo aumento dos empréstimos, numa tentativa efémera de fazer face à Despesa.

De 131 milhões de euros de compromissos assumidos só 84 milhões de euros foram pagos, gerando um passivo de dívida a terceiros que aumentou 52% só num ano, atingindo o montante de mais de 124 milhões de euros.

É um voto contra a falta de execução das muitas realizações constantes nas Grandes Opções do Plano eleitas para terem sido realizadas em 2003. E é um voto contra a execução muito baixa da maior parte das rubricas constantes no Plano Plurianual de Investimentos.

É também um voto contra as assimetrias de investimento cada vez mais prenunciadas que se verificam entre o centro urbano e as freguesias mais periféricas. Assimetrias que se estendem à falta do apoio às inúmeras associações que felizmente ainda vão mantendo sustentável o município como um todo. Muito obrigado.

Vogal António Salavessa (PCP)

“O voto contra do PCP exprime o seu juízo político negativo face à situação financeira cada vez mais caótica, relativamente bem descrita nos documentos — isto apesar do atraso no inventário que ainda não nos foi entregue. E se dúvidas existissem quanto ao sentido de voto, a atitude assumida pela Câmara de ausência total do debate, seria só por si merecedora desse voto contra.”

Vogal Óscar Paulo (PS)

“Não queria deixar de ao passar por esta “casa” de saudar o Sr. Presidente e a Mesa, os Senhores Deputados e todos quantos trabalham nesta casa. Saudar também o Sr. Presidente da Câmara e a sua Vereação, na continuação do crescimento que muito honra Aveiro. Muito obrigado.”

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada a quarta reunião desta Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 28 de Maio (6.^a feira), pelas 20:30 horas.

Eram 00:30 horas do dia 25 de Maio de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)